



## **LEI ORDINÁRIA Nº 563**

*de 15 de janeiro de 1986*

**DISPÕE SOBRE AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR  
CONVÊNIOS E CONTRATOS COM O BANCO NACIONAL DE  
HABITAÇÃO E SEUS AGENTES FINANCEIROS, A OFERECER  
GARANTIAS PARA OS EMPRÉSTIMOS ASSUMIDOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

*Engº José Vicente de Sanctis Pires, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de - Jardim, em sessão extraordinária realizada no dia 13 de janeiro de 1986 aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

### **Art. 1º..**

*Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, mediante convênios e contratos, os compromissos necessários à participação do Município nos programas geridos pela Diretoria de Desenvolvimento Urbano - DIURB, do Banco Nacional de Habitação - BNH.*

### **Art. 2º..**

*Para cumprimento desta Lei, o Poder Executivo poderá:*

#### **a).**

*Contrair, a partir do exercício de 1.986, inclusive, perante os agentes Financeiros do Banco Nacional de Habitação - BNH - empréstimos até o montante de ... 80.000 (oitenta mil) UPC (UNIDADE PADRÃO DE CAPITAL) do BNH;*

#### **b).**

*Garantir os empréstimos concedidos diretamente ao Município.*

### ***Parágrafo único. .***

*O Poder Executivo poderá, para efetivação das garantias aceitas pelo BNH, outorgar ao BNH ou a seus Agentes Financeiros, através de mandato nos próprios instrumentos contratuais, poderes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.*

### ***Art. 3º..***

*Os empréstimos de que trata o artigo anterior subordinar-se-ão as condições previstas nas normas operacionais do BNH, inclusive quanto a incidência da correção monetária.*

### ***Art. 4º..***

*O Poder Executivo fará incluir na proposta orçamentária de cada exercício, a partir de 1.987, dotações globais correspondentes às operações de crédito ora autorizadas e aos programas e projetos que deverão ser custeados.*

### ***Parágrafo único. .***

*Para o exercício de 1.986, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o montante das operações previstas para o exercício nesta Lei.*

### ***Art. 5º..***

*O Orçamento do Município consignará, para cada exercício, dotações suficientes ao pagamento do principal, juros, correção monetária, comissões, taxas e demais encargos financeiros previstos nas operações de crédito autorizadas pela presente Lei.*

### ***Art. 6º..***

*O Orçamento Plurianual de Investimentos do Município, consignará as dotações correspondentes as operações de crédito e á execução dos programas e projetos previstos nesta Lei.*

**Art. 7º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim, em 15/01/1986.*

*Engº José Vicente de Sanctis Pires*  
*Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 563/1986 - 15 de janeiro de 1986*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*